

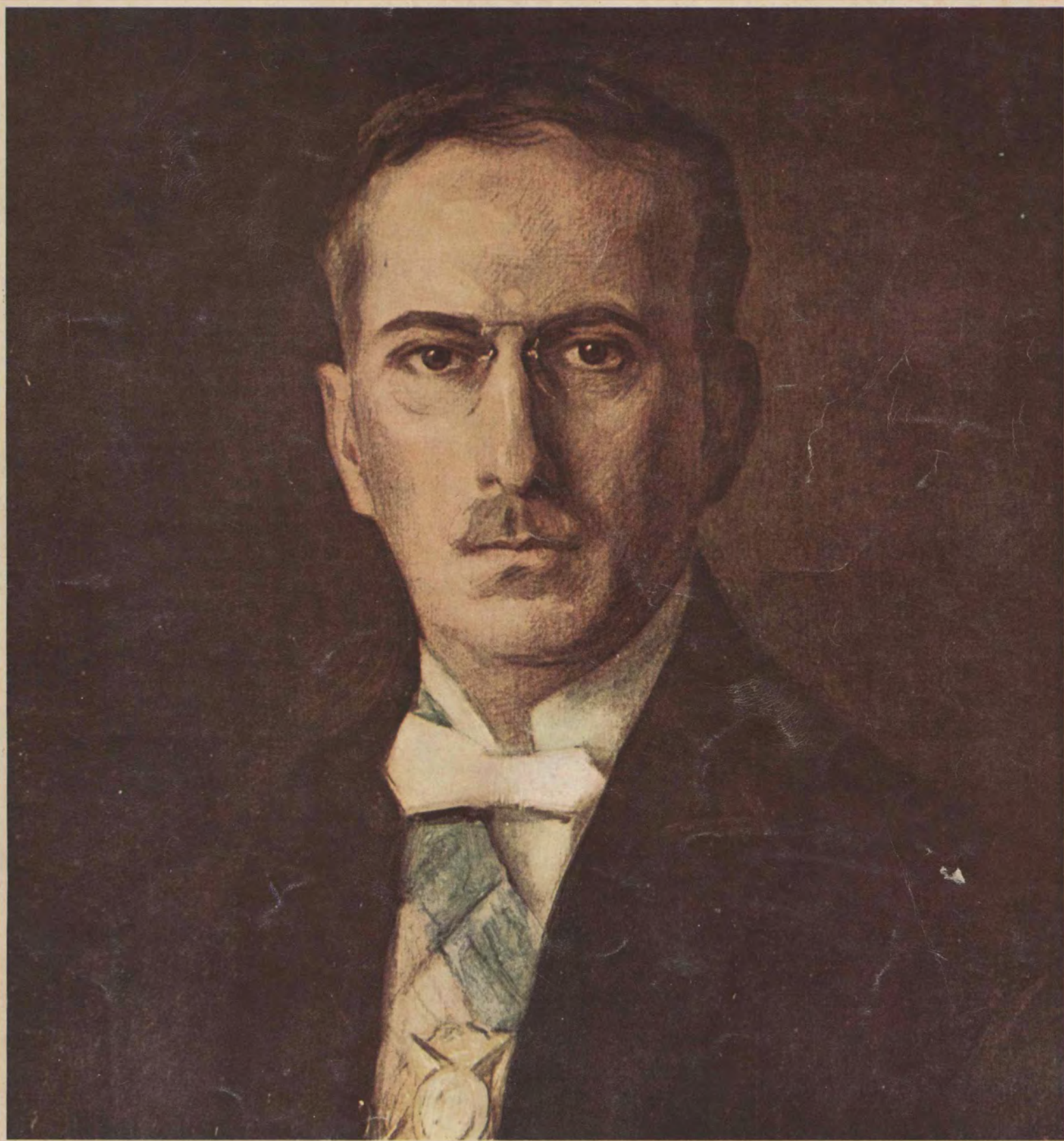
GRANDES
PERSONAGENS DA
NOSSA HISTÓRIA



Sai às 4.^{as} - feiras - NCr\$ 1,80

54

Arthur BERNARDES



Supervisão: Prof. Sérgio Buarque de Holanda

Diretor de Publicações: Roberto Civita
Diretor da Divisão Fascículos:
Pedro Paulo Poppovic
Conselho Consultivo: Odylo Costa, filho,
Pompeu de Sousa, Hernani Donato

Esta obra foi integralmente composta e
impressa nas oficinas da SAIB, Sociedade
Anônima Impressora Brasileira, São Paulo.

CONSELHO EDITORIAL

V. Diretor: Elizabeth di Cropani
Secretário: Maria Hermínia de Almeida
Arte: Carlos Alberto Lozza (chefe),
Michael Beckwith Hiltner
Editoria de texto: Orlando P. Miranda (chefe),
Pedro Maia Soares, Vera Galli
Pesquisa: Cármen Righetto, Heloisa Jahn

© COPYRIGHT MUNDIAL, 1970
ABRIL CULTURAL LTDA., SÃO PAULO

Esta obra conta, através da vida de 56 brasileiros ilustres e de quatro cadernos especiais, toda a nossa História. Ao completar sua coleção, você terá quatro volumes, cada um com catorze fascículos em ordem cronológica, e um caderno especial de introdução para cada volume. Colecione à parte as capas duplas finais dos fascículos, cujos mapas formarão a grande Mapoteca Histórica do Brasil, que você mesmo montará, bastando adquirir a capa especial, vendida com o vigésimo-primeiro fascículo. **Você pode comprar qualquer número atrasado desta coleção pelo preço do último fascículo que estiver nas bancas. Se os números atrasados fizerem parte do volume em curso, ou do volume imediatamente anterior a ele, peça-os ao seu jornaleiro, ou ao Agente Distribuidor de revistas Abril na sua cidade. Se forem mais antigos, peça-os diretamente à Distribuidora Abril S.A., Caixa Postal 945 ou 30420, São Paulo, mediante o envio de um cheque para pagamento em São Paulo. Qualquer banco de sua cidade poderá vender-lhe esse cheque.**

ARTUR BERNARDES

CRONOLOGIA

- 1875** — 8 de agosto: nasce em Viçosa, Minas Gerais, Artur da Silva Bernardes.
- 1885** — Inicia seus estudos no Colégio Caraça, instituição que se tornou famosa pela ríspidez dos métodos de ensino nela adotados.
- 1889** — Proclamada a República no Brasil, Artur Bernardes ainda é estudante.
- 1900** — Depois de freqüentar as faculdades de direito de Ouro Preto e São Paulo, torna-se bacharel pela faculdade paulista.
- 1907** — É eleito deputado estadual.
- 1908** — Dedicar-se ao jornalismo em sua cidade natal, sendo redator-chefe do *A Cidade de Viçosa*.
- 1909** — Eleito deputado federal.
- 1910** — Artur Bernardes é secretário das Finanças de Minas Gerais, no governo de Júlio Bueno Brandão.
- 1914** — Tem início a I Guerra Mundial.
- 1915** — Novamente deputado na Câmara Federal.
- 1918** — Eleito presidente do Estado de Minas Gerais.
— Termina a I Grande Guerra Mundial.
- 1921** — 15 de novembro: Artur Bernardes assume a presidência do Brasil para o quadriênio 1922/26, depois de uma grande oposição por parte da chamada *Reação Republicana*.
- 1922** — 5 de julho: eclode a revolta militar do Forte de Copacabana.
- 1926** — Terminado seu mandato, passa o cargo às mãos de Washington Luís.
- 1929** — A grande crise econômica mundial tem sérias repercussões na economia brasileira.
— Artur Bernardes é novamente senador.
- 1930** — Outubro: estoura no Brasil a revolução que encerraria o período da Primeira República. Artur Bernardes participa da revolução, apoiando a *Aliança Liberal*.
- 1932** — Adere à Revolução Constitucionalista de São Paulo; é preso, exilado e perde seus direitos políticos por três anos.
- 1934** — Retorna de Portugal, onde estivera exilado, e assume a presidência do Partido Republicano Mineiro.
- 1935** — Elege-se deputado federal.
- 1937** — Com o Estado Novo, Bernardes, a exemplo de todos os parlamentares, perde o mandato.
- 1943** — Apesar de afastado da vida pública, assina o manifesto pela redemocratização do país, conhecido como *Manifesto dos Mineiros*.
- 1945** — Com a queda do governo de Getúlio Vargas, Bernardes volta à atividade política. Apóia a candidatura de Eduardo Gomes e, quando se constituem os partidos políticos nacionais, liga-se à UDN. Logo depois, passa a chefiar o Partido Republicano.
- 1946** — Bernardes participa da Assembleia Constituinte.
- 1950** — É eleito suplente de deputado federal.
- 1954** — Deputado federal, participando intensamente de campanhas de caráter nacionalista. Assume papel de liderança na campanha do petróleo.
— Luta contra o projeto de criação de um órgão internacional na Amazônia: o Instituto da Hiléia Amazônica.
- 1955** — 23 de março: morre no Rio de Janeiro Artur da Silva Bernardes.

ARTUR BERNARDES

1875-1955

ARTUR BERNARDES. OLEO DE KRONSTRAND. MUSEU DA REPÚBLICA, RIO DE JANEIRO, CB.

Política era um negócio de família. Ao anoitecer, na sede das fazendas ou nos casarões dos povoados, reuniam-se os proprietários de terra, o dono do empório, o advogado, o médico, o farmacêutico e o padre do lugar. Eles eram a Câmara Municipal e o prefeito, um deles o deputado: todos juntos formavam o partido.

Nesses conselhos ou nos informais serões, resolviam os problemas do município, tomavam posição junto ao governo estadual, discutiam as questões nacionais. Fora do grupo, não havia carreira política possível. Os proprietários de terra — elementos fundamentais do esquema — controlavam os votos dos trabalhadores semi-alfabetizados de seus domínios. Em dias de eleições carregavam-nos até os

postos eleitorais, indicavam-lhes os nomes que deviam sufragar e observavam se o votante não se enganava ou tentava desobedecer às ordens que recebera. O voto era público. E mesmo que alguns trabalhadores fôssem lúcidos e interessados o bastante para pretender votar em outro candidato que não o indicado pelo fazendeiro, não ousariam fazê-lo, pelo temor às represálias. Afinal, viviam, trabalhavam e dependiam das terras dos fazendeiros. Chamava-se a isto *voto de cabresto*. Os eleitores não dependentes — pequenos proprietários, assalariados urbanos e comerciantes — expressavam-se de outra maneira. Na sociedade patriarcal em que viviam, regida pelos fazendeiros — os “coronéis” —, não tinham noção clara das funções do Estado. Usavam o voto



SALA DOS MENINOS NO COLÉGIO CARAÇA, 1908 (A SETA ASSINALA ARTUR BERNARDES). ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL, RIO DE JANEIRO, 08

Êsses votos têm um dono: o "Coronel"

para recompensar favores pessoais recebidos, ou aspirando a futuros favores: era o *voto de clientela*. Como os que se encontravam em posição de prestar favores eram os mesmos que se beneficiavam com o voto de cabresto, os dois sistemas preservavam um pequeno e fechado núcleo de políticos rurais que, pela sua vontade, determinavam o andamento e o resultado das eleições (das quais eles próprios eram os presidentes, fiscais e mesários).

O amor e a guerra

Os pais de Artur da Silva Bernardes — Antônio e Maria da Silva Bernardes —, embora tivessem posses suficientes para garantir ao filho uma sólida educação, não pertenciam ao grupo político de Viçosa, cidade de Minas Gerais onde moravam. Artur Bernardes, depois de ter conhecido a severa disciplina do Colégio de Caraça e estudado algum tempo em Ouro Preto, formou-se bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo no ano de 1900. Contava, então, 25 anos.

O jovem e talentoso advogado preparava-se para iniciar a carreira política. Teria que, a partir do prestígio de sua família, penetrar no círculo dirigente de Viçosa. Um golpe de sorte veio em seu auxílio: apaixonou-se por Clélia Vaz de Melo e, obtido o consentimento dos pais, com ela se casou

a 15 de julho de 1903. Pelo casamento, o maior dote que recebeu foi tornar-se herdeiro político do sogro, Carlos Vaz de Melo, várias vezes deputado-geral do Império e principal chefe político de Viçosa.

Profundamente religioso, dotado de grande disciplina pessoal, obstinado na dedicação ao trabalho, inteligente e bem informado, Bernardes iniciou uma carreira política meteórica. Vereador, logo presidente da Câmara, deputado estadual em 1907, federal em 1909. No ano seguinte, o presidente de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, designou-o secretário das Finanças, cargo que exerceu durante todo o quadriênio, retornando à Câmara Federal em 1915.

Recebera do sogro o primeiro impulso, mas logo adquiriu prestígio próprio. Ultrapassou o nível municipal e com rapidez tornou-se um dos mais importantes nomes da política estadual. Em 1917, candidatava-se à presidência de Minas Gerais.

A escolha dos coronéis

Não havia no país partidos políticos de âmbito nacional. Foram feitas duas tentativas para organizá-los. Francisco Glicério procurou agrupar os políticos em torno do PRF (Parti-

do Republicano Federal) em 1893 e durante o governo de Prudente de Moraes (1894-1898); Pinheiro Machado fez o mesmo com o PRC (Partido Republicano Conservador), criado para sustentar Hermes da Fonseca. Entretanto, tais partidos só puderam sobreviver enquanto se mantiveram na órbita do presidente da República. Em desacôrdo com o Executivo, fecharam melancolicamente suas portas.

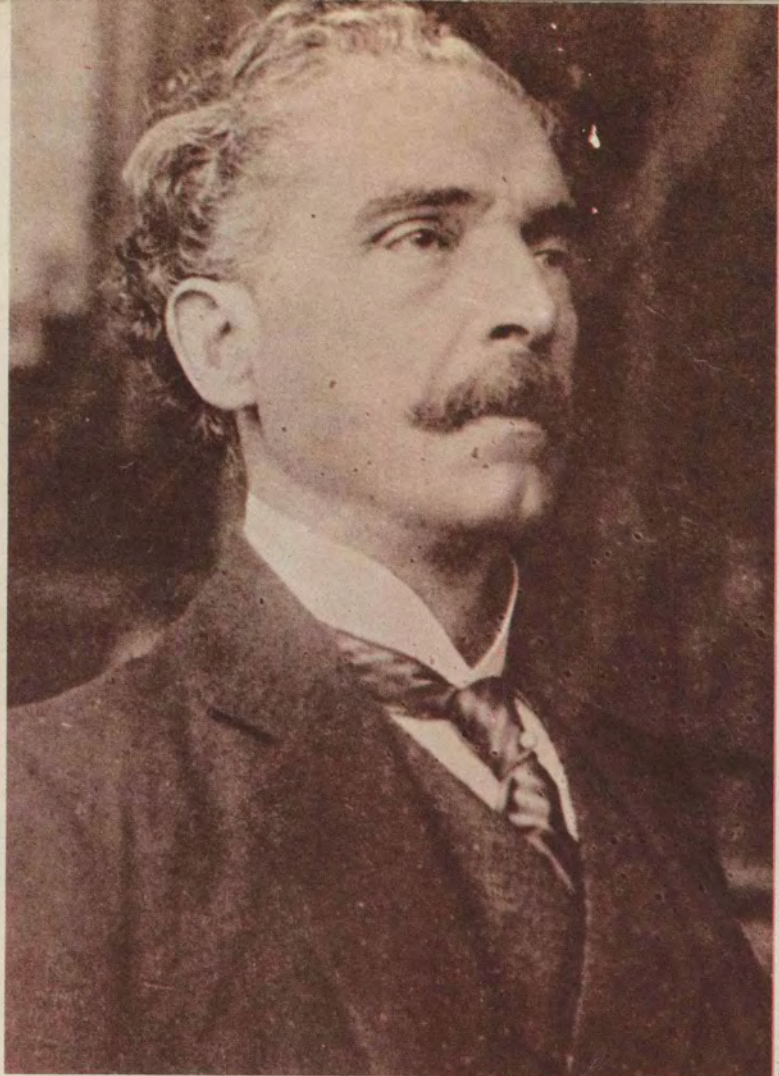
As organizações partidárias que dominavam a política eram de âmbito estadual. Cada Estado da Federação tinha seus grupos dominantes — as "oligarquias" — unidos no Partido Republicano. Aos mais prósperos — São Paulo e Minas — correspondiam os partidos mais poderosos, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM).

Desta maneira, enquanto no plano federal o jogo político se fazia pelo entendimento dos partidos estaduais, em geral com a aliança PRP-PRM impondo seus pontos de vista e mantendo a hegemonia, dentro de cada Estado fazia-se a política do partido único. Nesse caso, só havia uma exceção de destaque: o Rio Grande do Sul, onde dois partidos (Federalista e Republicano) mantinham-se em luta.

Em Minas, como na maioria dos outros Estados, o candidato que fosse colocado na lista eleitoral do PRM podia considerar-se eleito. Os candidatos potenciais eram analisados pela comissão executiva do partido e se-



DONA CLÉLIA BERNARDES. COL. MARIA DA CONCEIÇÃO BERNARDES MACHADO. RIO DE JANEIRO. GR.



JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO. SEDOC. EDITORA ABRE. SÃO PAULO



ARTUR BERNARDES. COL. MARIA DA CONCEIÇÃO BERNARDES MACHADO. RIO DE JANEIRO. GR.

O pequeno Artur estudou no Colégio de Caraça (esquerda, ao alto) algum tempo, depois em Ouro Preto (abaixo). Com 28 anos casou-se com Dona Clélia Vaz de Melo (acima, à esquerda), filha do principal chefe político de Viçosa, sua terra natal. Logo, o jovem Bernardes (ao lado) tornou-se um importante nome estadual, enfrentando adversários do quilate de Pinheiro Machado (acima, à direita), chefe do Partido Republicano gaúcho.



PRAÇA SÃO FRANCISCO, OURO PRETO. OLEO DE FANCETTI. COL. JOSÉ DE BARROS MARTINS. SÃO PAULO.

Filho de rígida família mineira (à direita), Artur Bernardes tinha um grande senso de responsabilidade. Deixou de candidatar-se à presidência do país em 1919 por julgar-se inexperiente e deu seu apoio a Epitácio Pessoa (esquerda).

leccionados de acôrdo com as conveniências. Depois, elaborava-se a lista eleitoral. Ainda que alguns dentre os escolhidos fôssem absolutamente impopulares e não dispusessem do número de votos necessários à sua eleição, conseguiriam a vitória. Para isso, o partido mobilizava os cabos eleitorais que se valiam do *cabresto* ou da *clientela*. Se ainda assim nada se obtivesse, praticava-se então o *bico de pena*, ou seja, a falsificação pura e simples dos resultados, tarefa simples, pois não existia a justiça eleitoral, e tôda a organização do pleito, inclusive as apurações, corria por conta do partido.

Desta maneira, quando em 1917 o PRM escolheu Artur Bernardes como candidato à presidência do Estado, êle podia considerar-se eleito e empossado. E assim foi.

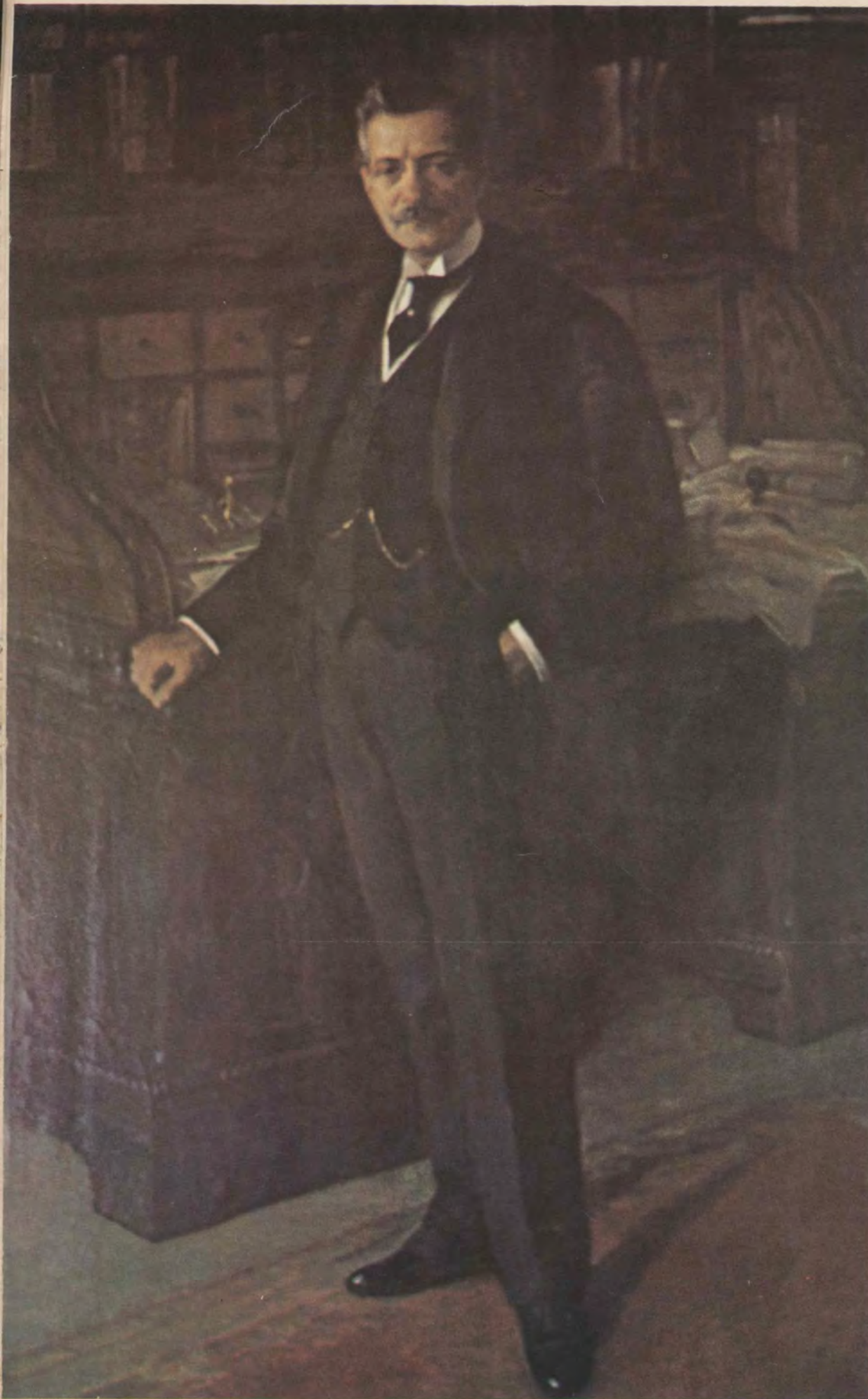
A ação contra a "tarasca"

Mal chegando ao govêrno do Estado, Bernardes teve que se haver com dois sérios problemas. O primeiro referia-se a uma inesperada campanha de sucessão federal, pois o presidente eleito, Rodrigues Alves, morreria sem tomar posse e, de acôrdo com a Constituição de 1891, o vice, Delfim Moreira, convocara novas eleições.

No período 1894-1930, a aliança São Paulo—Minas elegeria todos os presidentes da República (à exceção de Hermes da Fonseca). Tratava-se, portanto, de iniciar as negociações entre os dois grandes Estados para decidir quem seria o presidente empossado em 1919.

Altino Arantes, presidente paulista, aparecia como um nome inviável, pois enfrentava forte oposição dentro do próprio Estado de São Paulo. Restava o presidente de Minas. Mas Bernardes mostrou-se escrupuloso. Considerava-se inexperiente, julgava não estar ainda preparado para exercer a presidência da República. Não encontrando candidatos razoáveis dentro de seus próprios Estados, paulistas e mineiros resolveram promover a candidatura de um paraibano — Epitácio Pessoa —, que julgavam afinado com os interesses do eixo café-com-leite.

O segundo problema dizia respeito à política interna de Minas Gerais. Os "coronéis" e a comissão executiva do partido (em Minas apelidada *tarasca*) influenciavam fortemente, semicontrol-



EPITÁCIO PESSOA. OLEO DE CARLOS REIS. MUSEU DA REPÚBLICA. RIO DE JANEIRO. GB.



FAMÍLIA DE ARTUR BERNARDES. COL. MARIA DA CONCEIÇÃO BERNARDES MACHADO. RIO DE JANEIRO, GB.

Negócio fechado. Contrato assinado. E aonde vão os lucros?

lando o governo estadual. Bernardes não se conformou com isto: Pretendia exercer de maneira autônoma o mandato que lhe haviam confiado e, se os "coronéis" e o partido eram poderosos, ele tinha em suas mãos a máquina do Estado. Abriu a luta retirando elementos do partido com postos na administração. Exigiu dos membros do governo fidelidade a ele e não à *tarasca*, e acabou por se impor como chefe do PRM, relegando a comissão executiva a uma posição secundária. Ao submeter o partido, submeteu também os "coronéis", que só poderiam sobreviver politicamente dentro de seus quadros. Em menos de dois anos de governo, não havia mais dúvidas em Minas Gerais: Artur da Silva Bernardes era o chefe.

A Itabira e a questão do ferro

Enquanto Bernardes ia-se firmando no governo e submetendo seus opositores, Epiácio Pessoa, na presidência da República, aceitava as propostas de Percival Farquhar, assinando com a companhia inglesa Itabira

Iron Ore um contrato para a exploração do ferro brasileiro.

Uma parcela da opinião pública atemorizou-se com os termos do acordo: a Itabira iria possuir estradas de ferro e portos privativos, além de ser dispensada do pagamento dos impostos de importação durante sessenta anos. Não se obrigava a utilizar matérias-primas nacionais, nem mesmo o carvão, que seria trazido da Inglaterra. Teria concessão sobre as jazidas de ferro de Minas Gerais, sem pagamento aos cofres do Tesouro brasileiro. Enfim, o governo estava dando a Farquhar o direito de retirar do país as reservas de ferro, sem que o Brasil lucrasse coisa alguma, exceto o ínfimo salário que seria pago aos operários. Em contrapartida, a Itabira *poderia* construir uma usina siderúrgica, já na época vital para o desenvolvimento da indústria brasileira.

O Tribunal de Contas da União negou registro ao contrato estabelecido pelo governo, considerando-o lesivo aos interesses nacionais. Epiácio igno-

rou a decisão do Judiciário e determinou que se efetivasse o acordo. Com a grande força política do país — os cafeicultores — desinteressada do problema, que não lhe dizia respeito, julgava-se o presidente com força suficiente para passar por cima dos tribunais e fazer valer a sua vontade. Enganava-se.

Para ser válido, o contrato da Itabira necessitava da aprovação do Estado em que se localizavam as jazidas, Minas Gerais. Bernardes recusou-se a assinar. Fêz mais. Denunciou o acordo como antipatriótico e declarou-se nacionalista, ou seja, defendeu que os contratos com empresas estrangeiras fossem feitos deixando manifestos os benefícios que trariam ao país, e só fossem sancionados quando tais benefícios demonstrassem ser realmente de valor.

Mas Percival Farquhar não era um indivíduo isolado a pleitear uma concessão. Atrás dele erguiam-se poderosos interesses econômicos. A usina siderúrgica que a Itabira poderia construir passou a servir de arma. Acusava-se Bernardes de impedir o progresso do país, mas ele retrucava que o



As cartas estão escritas. Veja a briga que vão provocar

contrato não obrigava a Itabira a montar uma siderúrgica, apenas permitia que ela o fizesse, se quisesse.

As camadas urbanas brasileiras viam seus interesses preteridos pelo prolongado domínio dos cafeicultores, orientados para uma política agrícola. O Exército acreditava-se desprestigiado pelo ostracismo a que fôra relegado Hermes da Fonseca desde o fim de seu mandato, bem como pela nomeação de civis (Pandiá Calógeras e Raul Soares) para os ministérios militares na gestão de Epitácio Pessoa. O próprio Epitácio e vários políticos de Estados menores irritavam-se com a hegemonia São Paulo—Minas, esperando apenas uma oportunidade para rompê-la.

Os interesses financeiros que se ocultavam por trás da Itabira juntaram-se a esses setores insatisfeitos, articulando uma candidatura de oposição para concorrer às eleições de 1922. Encontraram o homem ideal na figura de um político fluminense que já exercera a presidência da República: Nilo Peçanha.

O café-com-leite, procedendo às consultas de costume entre os líderes paulistas, mineiros e seus aliados de outros Estados, escolhe Artur Bernardes para candidato. Sem que fôsse

essa a sua intenção, o café-com-leite contribuía para a polarização política, pois as forças que apoiavam Nilo Peçanha viam em Artur Bernardes o seu maior inimigo.

A campanha infame

Nilo Peçanha, que acabara de regressar da Europa, recebeu o apoio de três Estados importantes — Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia (que indicou o candidato a vice, J. J. Seabra) —, constituindo a chamada *Reação Republicana*. O próprio Nilo surpreendeu-se com a violência da campanha. Mas iria surpreender-se ainda mais, quando, pouco depois de um banquete realizado no Clube Militar em homenagem ao Marechal Hermes da Fonseca, que regressava do exterior, leu uma carta publicada no *Correio da Manhã* e endereçada a Raul Soares:

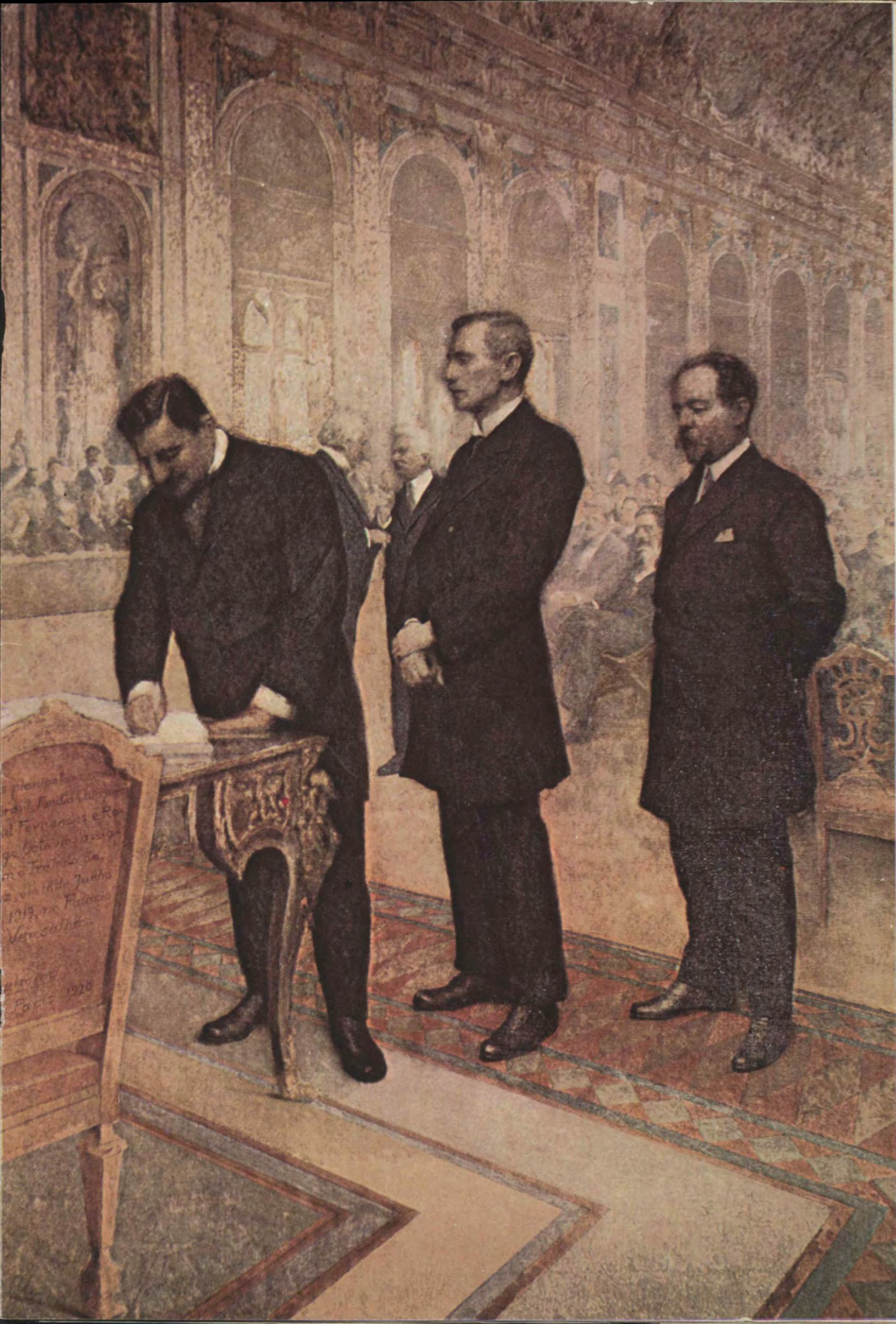
“Amigo Raul Soares. Saudações afetuosas.

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus

apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitácio mostra agora sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epitácio, com medo, não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas. A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões. Abraços do Artur Bernardes”.

O Exército era chamado de “canalha” e seu maior líder “um sargento sem compostura”. O Clube Militar reagiu imediata e violentamente, publicando um manifesto, no qual dizia: “... existe pois um dilema, com solu-

A nomeação de ministros civis por Epitácio Pessoa, entre eles Pandiá Cológeras (à direita, na assinatura do Tratado de Versalhes), foi um dos motivos da revolta militar que Artur Bernardes (acima, na cerimônia de apresentação de sua plataforma) enfrentou quando foi eleito.



TRATADO DE VITÓRIAS (PANDORA CALOGERAS, RAUL FERNANDES E RODRIGO OTAVIO) - REPRESENTANTES DO BRASIL, OLEO DE BELLAUD MIN DAS REL EXTERIORES, RIO DE JANEIRO, 1919



1922 GUARDA LEGALISTA EM VOLTA DO PALÁCIO DO CATETE

São dezoito. Estão sós, entregando a própria vida

ção única: ou a nossa dissolução, ou o Exército não aceita que S. Exa. seja o presidente da República”.

A ameaça era claríssima, e a população do Rio de Janeiro apoiou-a com entusiasmo. No mesmo dia (10 de outubro de 1921), uma segunda carta atribuída a Bernardes era publicada também no *Correio da Manhã*. Nela, Nilo Peçanha era chamado de “moleque capaz de tudo” e Bernardes confessava a apropriação dos dinheiros públicos de Minas Gerais.

Uma semana depois, Bernardes viajou para o Rio de Janeiro para ler sua plataforma de governo. Foi recebido com uma chuva de tomates e ovos podres. Inquirido sobre a autoria das cartas, respondeu apontando os erros de gramática no texto e dizendo: “Meu pai, português severo, nunca me permitiria coisas desse tipo”.

Bernardes estava afirmando que as cartas eram falsas, mas no violento clima de agitação que se formara ninguém o ouvia. Finalmente, concordaram em organizar uma “comissão de honra” para, com o auxílio de especialistas em grafologia, determinar a autenticidade ou não das cartas. O Presidente Epitácio Pessoa, que, apesar das suas desavenças com Bernardes, mantivera-se fiel aos compromissos políticos que assumira junto a São Paulo e Minas, apoiando o presidente mineiro, percebeu que ele cometera um terrível erro aceitando a “comissão de honra”. Nela, seus inimigos eram maioria e o laudo a ser dado a 28 de dezembro de 1921, no Clube Militar, poderia condená-lo irremediavelmente.

Com efeito, a comissão afirmou que as cartas eram autênticas e que “entregava o caso ao julgamento da nação”. Epitácio pôs-se a campo, pensando num novo candidato que pudesse substituir Bernardes na disputa com Nilo Peçanha.

Mas Artur Bernardes não se dispunha a ceder. Católico ao extremo, era, nas palavras de Neves da Fontoura, “religioso como um espanhol da Idade Média”. E como acentuou Virgílio de Melo Franco: “Supunha-se — e dizia aos seus amigos — um predestinado, um enviado de Deus, para desempenhar uma alta missão”. Místico, enérgico, vontade de ferro, Bernardes tinha fé. Acreditava na sua tarefa e sentia-se mártir. Devia prosseguir, vencer a infâmia, até que pudesse se desincumbir da sua missão. Minas lhe daria apoio na pessoa de seu sucessor, amigo Raul Soares. São Paulo, além de fiel à palavra dada, não pretendia demonstrar fraqueza mudando de posição por pressão dos adversários. De Epitácio Pessoa, uma só promessa: se Bernardes fosse eleito, o presidente, pessoalmente, lhe garantiria a posse. Mais não era preciso. Artur Bernardes continuava candidato e a 1.º de março de 1922 elegeu-se o 12.º presidente da República.

No Forte de Copacabana

O veredicto da “comissão de honra” não encerrara o episódio das cartas. Menos de um mês antes das eleições, a 4 de fevereiro, Rui Barbosa, neutro na disputa, afirmava ter havido evidente falsificação. A 6 de fevereiro, o perito Locard, grafólogo francês, consultado por Edmundo Bittencourt — diretor do *Correio da Manhã* —, assegurava tratar-se de cartas autênticas. Enquanto no Brasil disputavam-se as eleições, outros peritos — o italiano Ottolenghi e o suíço Bischoff — declaravam falsas as cartas.

As dúvidas desfizeram-se a 24 de maio de 1922. Jacinto Guimarães e

Oldemar Lacerda foram a cartório para confessar a falsificação, dando abundantes provas de que falavam a verdade. Inimigos de Bernardes e admiradores de Hermes, afirmavam que pensaram criar uma situação tal que permitisse ao marechal candidatar-se novamente à presidência.

A confissão não apaziguou os ânimos, a essa altura já muito exaltados, mas fez recuar os partidários de Nilo Peçanha que pensavam em impedir a posse de Bernardes. A hipótese, levantada pelos falsificadores, de um novo governo Hermes não lhes agradava. Afinal, eram também oligarquias dominantes em seus respectivos Estados, e Hermes, no seu período presidencial, interferira nos Estados com as “salvações”, que haviam derrubado do poder muitos governantes. Tentaram com Bernardes uma solução de compromisso, mas o presidente mineiro manteve-se inflexível e a 7 de junho era proclamado solenemente presidente da República.

Epitácio ia encerrando o seu governo, mas, antes que o fizesse, irritou-se por uma questão sem importância com o Marechal Hermes da Fonseca. Para fazer valer sua autoridade, advertiu-o e depois mandou prendê-lo. No Exército, ainda inflamado pelos recentes acontecimentos, isso foi o estopim da revolta, que eclodiu a 5 de julho de 1922. Tentaram fazê-la em âmbito nacional, mas a deficiência de comunicações, de comandos e de apoio dos governantes estaduais acabou por circunscrevê-la ao Rio de Janeiro, e logo ao Forte de Copacabana.

Nessas condições, foi rapidamente sufocada. No entanto, um grupo de defensores do forte, liderado pelos tenentes Mário Carpenter, Newton Prado, Siqueira Campos e Eduardo Gomes, deliberou não se render. Entregariam suas vidas em holocausto à purificação dos costumes políticos que



REBELDES DO FORTE DE COPACABANA (1922) CAMINHANDO PELA AVENIDA ATLÂNTICA: TEN. EDUARDO GOMES, TEN. NEWTON PRADO E DR. OTÁVIO CORREIA.

Para manter a ordem, Artur Bernardes governou quase sempre sob estado de sítio. Dias antes de sua posse (abaixo, à direita) eclodiu a revolta tenentista dos "dezoito do forte", tentando impedir que ele assumisse o governo (acima e ao lado).

sentiam necessária ao desenvolvimento da pátria.

Saíram às ruas, seriam dezoito, 28 ou ainda menos — o número é impreciso —, para enfrentar tropas que lhes eram infinitamente superiores. Caíram todos sob a metralha das forças fiéis ao governo, exceto Siqueira Campos e Eduardo Gomes, apesar dos graves ferimentos que sofreram.

Fôra um gesto romântico, heróico, corajoso, abnegado e inútil. A 15 de novembro de 1922, já sob o estado de sítio decretado pelo Congresso, Artur Bernardes, que não tivera qualquer responsabilidade em todos esses acontecimentos, assumia a presidência da República.

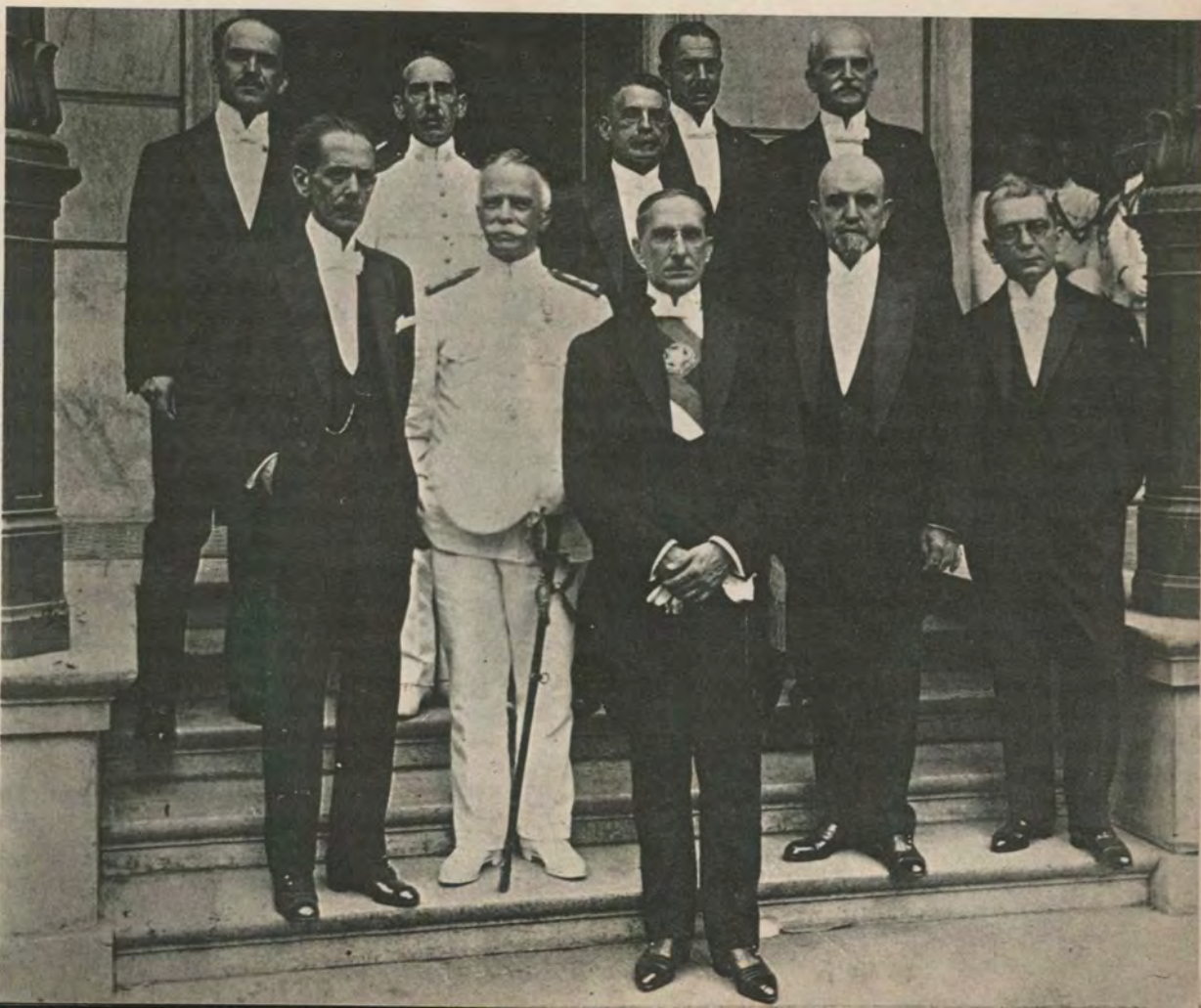
Os anos ferozes

Ao assumir o governo, Bernardes declarou que "o presidente esquecerá as mágoas do candidato". No entanto, essa promessa não se cumpriria. Tendo toda fé no seu raciocínio e na clareza de suas idéias, simplesmente não acreditava no valor dos pensamentos ou na boa fé dos adversários. Nunca se convenceu, por exemplo, de que o *Correio da Manhã* não compactuava com a falsificação, publicando as cartas por julgá-las verdadeiras. Um de seus primeiros atos como presidente, valendo-se do estado de sítio, foi fechar o *Correio*, mandando prender seu diretor, Edmundo Bittencourt. Depois, interveio nos Estados, anulando atos da Assembléia do Rio de Janeiro para forçar a vitória de seu candidato à presidência do Estado, e mandou tropas para assegurar a derrota de seu inimigo, J. J. Seabra, candidato ao governo baiano.

Além disso, vários oposicionistas foram expurgados do Congresso, entre eles um arquiadversário de Bernardes, o Senador Irineu Machado.



1922. SOLDADOS DO FORTE REBELADO DE COPACABANA.



ARTUR BERNARDES COM SEU PRIMEIRO MINISTÉRIO NO DIA DA POSSE. COL. INSCO DE ABEU RIO DE JANEIRO 28.

ARTUR BERNARDES E O CARDEAL ARCOVERDE COM MARIA DA CONCEIÇÃO BERNARDES MARCHANDO RIO DE JANEIRO, 1930



JÚLIO PRESTES A CAMINHO DA EUROPA EM 1930

Para substituir Washington Luís na presidência, o PRP indicou Júlio Prestes (ao lado) contra Getúlio Vargas, candidato da oposição. A vitória da situação fez com que os revolucionários da Aliança Liberal (abaixo), à qual pertencia Artur Bernardes (acima, com o Cardeal Arcovese), pegassem em armas.

1930. GRUPO DE REVOLUCIONÁRIOS A CAMINHO DO RIO





CARTÃO POSTAL LANÇADO PELO COMITÊ PRO-NILO PEÇANHA, DEDOC, EDITORA ABRIL, SÃO PAULO.



O governo acabou: já não há o que combater

O estado de sítio durou até 23 de dezembro de 1923, e só foi levantado com a condição prévia da aprovação da Lei de Imprensa, que mantinha os jornais sob censura.

Os inimigos políticos de Bernardes eram presos e desterrados para a Amazônia, os militares remanejados, passando a servir nas unidades mais longínquas.

Não era o bastante. O Exército estava cada vez mais insatisfeito. Oficiais jovens — os *tenentes* — manifestavam-se abertamente contra o sistema político. As camadas urbanas, comerciantes e profissionais liberais irritavam-se com a censura da imprensa e, mais que isso, com a vigência do sistema eleitoral, com *bico de pena* e o *voto de cabresto* a impedir que as cidades tivessem uma representação política à altura da sua importância. O povo mostrava-se aflito com a alta do custo de vida ocasionada pela queda nas exportações. Os operários, em número crescente, aumentavam suas reivindicações. Em 1922, fundara-se o Partido Comunista Brasileiro.

Outras revoltas estavam em gestação. Bernardes, confiante em suas próprias virtudes, não percebia que, na insatisfação que se ia generalizando, escondia-se a necessidade de modernização política para abrir caminho ao desenvolvimento econômico, que não podia se sustentar apenas na agricultura de exportação. O país crescera e já não podia submeter-se à hegemonia exclusiva do café-com-leite.

Tampouco seus adversários sentiam

com clareza o problema. Tenderam a identificar a velha e aflitiva ordem unicamente com a pessoa do Presidente Artur Bernardes.

No segundo aniversário da Revolta de Copacabana, eclodiu uma rebelião em São Paulo, sob a chefia do General Isidoro Dias Lopes. Após vinte dias de combate, convencidos da inviabilidade de continuar ocupando a capital do Estado, retiraram-se para Bauru, e dali para o Paraná, sem depor suas armas. O Brasil voltava ao estado de sítio, que persistiria até o fim do governo Bernardes.

Em 29 de outubro, nova revolta, desta vez no Rio Grande do Sul. Embora não obtivesse o sucesso esperado, uma coluna rebelde, dirigida pelo Tenente Luís Carlos Prestes, subiu o Paraná para encontrar-se com as tropas vindas de São Paulo. Fizeram junção em abril de 1925.

Unidos os grupos sob o comando de Miguel Costa e tendo Prestes como chefe do Estado-Maior, a coluna, cujo número de soldados oscilava entre oitocentos e 1 500, iniciou uma longa marcha. O objetivo era percorrer o país levando a todos os pontos o seu apelo revolucionário. Sempre acossados pelas tropas legais (e em certo momento até pelos cangaceiros de Lampião), os homens da coluna percorreram cerca de 25 000 km, chegando a estabelecer contato com Teresina, capital do Piauí. Durante um ano a

Coluna Prestes (como se tornaria conhecida) marchou pelos sertões do Brasil, evitando contato com as grandes cidades. Tudo o que pretendia era derrubar Bernardes da presidência. Em março de 1926, a coluna internou-se em território boliviano e Prestes declarou: "Não adianta continuar, pois Bernardes já não governa".

Washington Luís, presidente de São Paulo, elegera-se para o governo da República. Em 15 de novembro de 1926, Artur Bernardes dava posse ao seu sucessor.

O fim da velha República

A reforma da Constituição, levada a efeito em 1926, legou maiores poderes ao presidente que assumia: podia vetar parcialmente projetos do Congresso e ficavam eliminadas as *caudas orçamentárias*, isto é, adendos que os parlamentares incluíam no orçamento para permitir iniciativas fora do controle do Executivo federal. Além disso, reduzia-se a aplicação dos *habeas corpus* e ficava regulada a lei sobre a expulsão de estrangeiros "indesejáveis", que visava a atingir principalmente os líderes anarquistas e co-

Borges de Medeiros, Nilo Peçanha e J. J. Seabra (postal acima) uniram-se, em 1919, contra Bernardes. Contudo, sob sua arbitragem e a mediação do ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho (acima, à esquerda), os partidos gaúchos chegaram a um acordo.



1930. DEPOIS DE REVOLUCIONÁRIOS NO RIO. DEPOIS DO ABIL. SÃO PAULO.

Se as urnas mentem, que em seu lugar falem as armas

munistas do movimento operário.

Bernardes conseguira, no final do mandato, estabilizar a situação econômica, e Washington Luís, logo no princípio de seu governo, eliminou dois outros focos de tensão interna: admitiu a cessação do estado de sítio e aboliu a censura de imprensa. Recusou-se, porém, a conceder anistia aos tenentes rebeldes de 22, 24 e 26.

A pacificação conseguida por Washington Luís durou quase três anos, e na verdade não poderia prolongar-se muito, pois permanecia sem solução o problema de representação política que se encontrava na origem das revoltas. Iria voltar à tona na campanha de sucessão presidencial.

Washington Luís escolheu para sucedê-lo um paulista, Júlio Prestes, desgostando seus aliados mineiros, especialmente Antônio Carlos, presidente do Estado. Em acôrdo com Minas Gerais, os gaúchos, que haviam obtido

afinal a unificação de suas forças políticas, apresentaram um outro candidato: Getúlio Vargas. A princípio, a candidatura de oposição, denominada *Aliança Liberal*, destinava-se apenas a reviver o velho jôgo das pressões políticas, permitindo uma melhor posição às oligarquias mineira e gaúcha para negociar com o governo. No entanto, à medida que Washington Luís permanecia inflexível, a Aliança ia aumentando sua repercussão popular. Propondo a instituição do voto secreto, recebeu de pronto a adesão das camadas urbanas, enquanto os *tenentes* — participantes das jornadas de 22, 24 e da Coluna Prestes — apoiavam-na com a reivindicação de anistia política.

Recusando-se a negociar, Washington Luís obrigou a Aliança ao confronto eleitoral, vencido com facilidade por Júlio Prestes (1.º de março de 1930). Entretanto, tornava-se evidente que, com o sistema eleitoral vigente, a oposição jamais poderia vencer

uma eleição presidencial. Os políticos civis jovens — Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor — e os militares — João Alberto, Miguel Costa, Juarez Távora — inclinavam-se para uma solução revolucionária, contando com o apoio popular e algumas tropas do Exército.

Mas as oligarquias dissidentes não estavam dispostas a ir tão longe. Um governo revolucionário poderia ser um golpe em seus próprios privilégios. Para elas, parecia preferível negociar com Júlio Prestes uma nova pacificação política. No entanto, novos acontecimentos iriam afastar essa possibilidade. Washington Luís impediu a diplomação dos deputados da Paraíba (que haviam apoiado a Aliança) e parte dos de Minas Gerais. Deu apoio federal a uma rebelião que lavrava no Município de Princesa (Paraíba) contra o governo do Estado. Finalmente, o assassinato de João Pessoa (candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal) fez explodir a revolução.

Às oligarquias gaúcho—mineira restava apenas apoiá-la, ou, nas palavras

O movimento armado de 1930 povoou de soldados revolucionários as ruas do Rio de Janeiro (acima).



JOÃO PESSOA. DEDOC ED. ARRI, SÃO PAULO, SP



PLÍNIO BARRETO. OLÍO DE F. DOMINGOS, COS. 'O ESTADO DE S. PAULO', SP

O assassinio de João Pessoa (ao lado) desencadeou a Revolução de 1930 (abaixo). Para assegurar o poder, Vargas colocou interventores nos Estados de maior tensão. O interventor de São Paulo, João Alberto, ao resignar, indicou Plínio Barreto (acima) para substituí-lo. Este, entretanto, não chegou a tomar posse.

1930. FORÇAS DE TERRA E MAR QUE TOMARAM PARTE NA REVOLUÇÃO DESFILAM PELA AV. RIO BRANCO, DEDOC. ED. ARRI, SÃO PAULO, SP





O Presidente Washington Luís (à esquerda) seguira para o exílio. Mas a luta por uma nova Constituição agitou os dois primeiros anos do governo Vargas. Em 1932, a revolução estava nas ruas (abaixo): o Estado de São Paulo queria derrubar Getúlio. De Minas, Bernardes (acima, com a família) tentou solidarizar-se com os paulistas: foi prêso. Getúlio Vargas (à direita) firmou-se no poder.





GETÚLIO VARGAS E ROOSEVELT EM VISITA A NATAL. OLETO DE RAYMOND NELSON. MUNIZ DA REPÚBLICA. RIO DE JANEIRO. GR

A revolução venceu. Mas os vencedores ainda lutam

de Antônio Carlos: "Fazer a revolução antes que o povo a faça". Para enfrentar a rebelião, Washington Luís teria que contar com a Fôrça Pública de São Paulo e com o remanescente do Exército que lhe permanecesse fiel.

Em São Paulo, no entanto, muitos cafeicultores, ameaçados pela crise econômica de 1929, responsabilizavam o presidente por tê-los abandonado e, deixando o PRP governamental, passaram para a oposição, que no Estado estava representada pelo Partido Democrático (fundado em 1926).

Diante do avanço das tropas revolucionárias que vinham do sul, da situação paulista e da iminência de guerra civil, os militares do Rio de Janeiro, tendo à frente os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o Almirante Isaías de Noronha, depuseram o Presidente Washington Luís, que seguiu para o exílio. Era 24 de outubro de 1930. Terminara a Primeira República.

A luta interna e o Estado Nôvo

Bernardes permanecera na Europa durante a maior parte da gestão presidencial de Washington Luís, mas voltara a tempo de juntar-se à Aliança

Liberal. Não participou, contudo, das hesitações de Antônio Carlos, apoiando desde logo o movimento revolucionário, com uma condição: uma vez vitorioso, Vargas deveria convocar imediatamente uma Constituinte.

No entanto, os currais eleitorais continuavam existindo, e os *tenentes*, temerosos de um retôrno das oligarquias, pressionavam o govêrno para impedir a realização de eleições. Os camisas pardas — Francisco Campos, Gustavo Capanema —, movimento político que se desenvolvia em Minas Gerais, influenciando o próprio governador (Olegário Maciel), apoiavam essa reivindicação. Os *tenentes*, através de Juarez Távora, tinham também a hegemonia do norte—nordeste, enquanto as oligarquias controlavam o Rio Grande do Sul com Flôres da Cunha. Em São Paulo, lutava-se pela rápida reconstitucionalização do país, luta que redundou na Revolução Constitucionalista de 1932.

Ainda em 1930, Bernardes rompera com o govêrno, e em 1932 tentou organizar em Minas um movimento de apoio à rebelião paulista, sendo prêso. Enviado ao Rio de Janeiro em am-

biente tenso, pois havia sinais de que se tramava contra a sua vida, permaneceu detido na ilha das Cobras e depois na ilha do Rijo. No depoimento que prestou, assumiu integralmente a responsabilidade do levante que pretendia organizar, e declarou que o único objetivo era apoiar São Paulo na luta pela reconstitucionalização.

Em consequência, perdeu os direitos políticos e teve que se asilar. De partida para Portugal, a 4 de dezembro de 1932, foi vítima de um atentado no qual foi ferido seu filho.

Embora derrotada militarmente, a rebelião paulista ajudou a provocar a convocação da Constituinte, cujos membros eleitos acabaram escolhendo Getúlio Vargas presidente da República para o período 1934-1938.

Em 1935, com sessenta anos, Bernardes regressou ao Brasil para assumir a presidência do Partido Republicano mineiro e um mandato de deputado federal. Mas a luta política de após 1930 não se atenuara, ao contrário, reforçara-se com a ativa participação de setores ideologicamente extremados: os comunistas de Luís Carlos Prestes e os integralistas (de tendência fascista) de Plínio Salgado. A luta intensa, realçada pela ascensão internacional do nazi-fascismo,



ARTUR BERNARDES COM O FILHO ARTUR.



ÚLTIMA FOTO DE ARTUR BERNARDES, COM GUSTAVO CAFAMENHA. FOTO "O CRUZINHO".

possibilitou a Getúlio Vargas aplicar um golpe de Estado em 1937, instalando uma ditadura que teve o nome de Estado Novo.

O petróleo que é só nosso

Até 1937, quando o Parlamento foi fechado, Bernardes continuou atuando, combatendo ainda a Itabira Iron, que insistia com seus projetos, afinal arquivados. Mas, durante a ditadura, só uma vez Bernardes veio a público para assinar um manifesto que pedia a redemocratização do país (1943). Quando, em 1945, Vargas foi deposto, Bernardes estava com setenta anos. Parecia aposentado. Entretanto, preparou-se rapidamente para voltar à cena. Filiou-se à UDN, mas, fiel às suas origens, logo abandonou-a para dirigir o Partido Republicano. Candidatou-se e foi eleito deputado à Constituinte de 1946. A partir de 1948, entregou-se de corpo e alma a uma nova campanha: a da criação da Petrobrás. Defendia a formação de uma companhia estritamente nacional e controlada pelo Estado para explorar o petróleo brasileiro. Queria preservar, contra a cobiça das potências estrangeiras, a riqueza natural do Brasil.

A atuação incansável que teve nessa campanha de cunho eminentemente popular e nacionalista acabaram por dar ao velho deputado um prestígio de que o enérgico presidente nunca desfrutara.

Em 1953, surgiu afinal a Petrobrás. Ficava protegida uma das maiores riquezas brasileiras. Bernardes vencera com a campanha do petróleo. Podia dizer que cumprira sua missão.

Mas havia mais. Com quase oitenta anos elegeu-se deputado em 1954 e da tribuna lutava contra a criação do Instituto da Hiléia Amazônica, desconfiando que o projeto atentava contra a soberania nacional, pois acabaria levando a internacionalização para a Amazônia.

Já lhe faltavam as forças. Julgava-se um defensor da nacionalidade contra os traidores que a ameaçavam. Um pouco antes, lembrando a sua idade e seu destino, exclamara na Câmara dos deputados, quando se discutia o projeto do Instituto da Hiléia Amazônica:

— Receio que esperem o meu desaparecimento para fazer transitar semelhante matéria.

Morreu a 23 de março de 1955.

Artur Bernardes foi um homem que nunca transigiu os sólidos princípios que sempre o sustentaram: a coragem, a honra, a honestidade.

América do Sul- Antônio Sanches

Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, nas 2 000 páginas do *Portugaliae Monumenta Cartographica*, publicado em 1960, reuniram mapas portugueses que se encontravam espalhados pelo mundo. Na Biblioteca Koninklijke, em Haia, Holanda, encontraram o conjunto de sete cartas realizadas por Antônio Sanches em 1641. O mapa aqui reproduzido, centralizado no oceano Atlântico, destaca a América do Sul e a costa ocidental da África.

O Atlântico não está nomeado, nem mesmo com os nomes de mar do Norte e mar do Brasil, usados na época, embora a estreita faixa onde aparece o Pacífico ostente a denominação de mar do Sul.

A divisão da América é simples: de um lado, o Peru (Espanha); do outro, o Brasil (Portugal).

